

TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO BRASILIANISTA THOMAS ELLIOT SKIDMORE

Alan Ricardo Duarte Pereira
Mestrando em História pela UFG.

alanricardoduarte@hotmail.com

Cristina de Cássia Pereira Moraes

cristinadecassiapmoraes@gmail.com

Docente adjunta IV na Faculdade de História/UFG.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo primordial analisar a produção historiográfica classificada, conceitualmente, como brasilianista e, de forma sucinta e exploratória, expor os pressupostos e interpretações da História do Brasil segundo o norte-americano Thomas Elliot Skidmore. Em um primeiro momento, apresentaremos o significado do termo brasilianista/brazilianists e a produção intelectual de Thomas Elliot Skidmore e, por último, buscaremos entender, a partir da produção do respectivo brasilianista, como o Brasil foi interpretado e, sobretudo, representado nos Estados Unidos por este intelectual. Diante disso, pretende-se, em termos gerais, mostrar a produção dos brasilianistas e uma visão panorâmica História do Brasil segundo Thomas Elliot Skidmore.

Palavras-chave: Brasilianista. Representação. Teoria da História do Brasil. Intelectual. Historiografia

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the historical production classified conceptually as brazilianist and a brief and exploratory way, exposing the assumptions and interpretations of history in Brazil according to the American Thomas Elliot Skidmore. At first, we present the meaning of the Historian / brazilianists and intellectual production of Thomas Elliot Skidmore term and, finally, seek to understand, from the production of its brazilianist, was interpreted as Brazil and especially in the United States represented by this intellectual. Therefore, it is intended, in general, show production and overview Historian History of Brazil according to Thomas Elliot Skidmore.

Keywords: Brazilianist. Representation. Theory of History of Brazil. Intellectual. Historiography

INTRODUÇÃO

A História do Brasil Contemporâneo, especialmente o período da ditadura civil-militar, é comum no debate historiográfico sublinhar, muito genericamente, a participação dos Estados Unidos golpe de 64. Em geral, a comunicação entre o Brasil e os Estados Unidos intensificou-se no período que sucedeu o golpe militar de 64. Assim, estabeleceu-se entre a baixada norte-americana no Brasil e a Casa Branca ligações bilaterais – o objetivo dessa comunicação entre os dois países revelou, especificamente, o aperfeiçoamento da Operação Brother Sam. Essa operação, por sua vez, incluía o fornecimento de porta-aviões, navio para transporte de helicópteros, caças, aviões de carga, barris de combustíveis de 110 toneladas, entre outros. Com essa operação, os Estados Unidos iniciava, de maneira efetiva, a monitoria dos militares no Brasil com o fito de não deixar eclodir as revoluções de cunho socialista, como foi, anteriormente, na União Soviética e, também, em Cuba.

Contudo, além da participação dos Estados Unidos no Golpe Militar de 64, pouco é demonstrado, no meio acadêmico, a produção intelectual que os estadunidenses produziram – e continuam a produzir – sobre o Brasil, sobretudo, em relação a História do Brasil Contemporâneo. Deve-se pontuar, entretanto, que muitas obras emergiram dos Estados Unidos, não somente aquelas que analisaram a ditadura civil-militar no Brasil, mas, principalmente, um conjunto de obras acadêmicas que tentaram sistematizar, teoricamente, os aspectos culturais, políticos, e econômicos do Brasil no século XX. Essa produção, cognominada de *brasilianista*, contém informações singulares, além de apresentar uma visão que os intelectuais estadunidenses tiveram do Brasil revela, por si só, às representações do Brasil nos Estados Unidos. No entanto, essa representação do Brasil, por parte dos intelectuais é, frequentemente, de caráter tendenciosa e monocromática - uma vez que se passa uma visão do Brasil não pelos brasileiros, mas, ao contrário, pelos estadunidenses. No entanto, deve-se levar em consideração, ao analisar a produção historiográfica brasileira, que os brasilianistas – especialmente Thomas Elliot Skidmore – podem, com efeito, serem enquadrados na rol de autores que contribuíram (e contribuem) para a chamada *Teoria da História do Brasil*.

Na obra *Teoria da História do Brasil*¹, o historiador José Honório Rodrigues (1949) introduz, magistralmente, conceitos e propostas teórico-metodológicas para o estudo da História do Brasil consolidada, igualmente, em métodos e abordagens plausíveis. A tentativa de reunir, durante a sua produção intelectual, elementos que poderiam conferir, na História do Brasil, uma inteligibilidade profícua e, ao mesmo tempo, que embasasse, teoricamente e empiricamente, outros estudos voltados para a História do Brasil é, em síntese, o objetivo de José Honório Rodrigues. No período que publicou sua obra, em meado de 1949, a historiografia brasileira enfrentava dois problemas: primeiramente, a completa inexistência de instrumentos que facilitasse para o pesquisador interessado na História do Brasil encontrar documentos, catálogos e obras históricas especializadas. Para tanto, o pesquisador acabava utilizando, com frequência, as únicas fontes correntes da época gerando, por consequência, lacunas e erros latentes em seus trabalhos. Além disso, tendo em vista a falta de publicação e a divulgação de periódicos especializados cabia, então, ao historiador o esforço de localizar, individualmente, as fontes necessárias para sua pesquisa em arquivos, bibliotecas e coleções.

Como resultado, percebe-se, neste período, que as produções historiográficas tipicamente brasileiras limitavam-se, por sua vez, em assuntos e períodos comuns, pois, em decorrência da falta de organização de arquivos e pouca acessibilidade, as obras refletiam, diretamente, os temas que poderiam ser pesquisados facilmente. A inovação – resultado da pesquisa e da problematização elaborada pelo historiador – era, portanto, reduzida ao adcionamento de pequenas informações. Assim, as obras históricas consistiam – e os títulos denunciavam essa realidade – em introduções, pequenos ensaios e considerações que mostravam, dependendo do assunto e período, limitações do saber histórico no Brasil. O segundo problema, além da ausência de fontes e organização de acervos documentos, consistia, outrossim, na escassez de conceitos e categorias nacionais. Em outras palavras, quando se estudava um determinado período da História do Brasil, geralmente, os conceitos utilizados – por exemplo, modo de produção capitalista, revolução burguesa, idéias iluministas, burguesia, proletariado, entre outros – não refletiam, fielmente, a realidade brasileira. Desse modo, as obras eram carregadas de

¹ Além dessa obra, o respectivo autor tem outros trabalhos fundamentais na área de Teoria e História do Brasil, tais como: RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. _____. *A fontes do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. _____. *Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952. _____. *Historiografia del Brasil*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1957.

anacronismos, conceitos atemporais que, definitivamente, criaram modelos rígidos e, não raro, uma histórica influenciada demasiadamente pela produção de historiadores europeus, sobretudo, de franceses. É, exatamente, nesse quadro de imprecisão e lacunas teórico-metodológicas que José Honório Rodrigues tentou, portanto, contribuir para o conhecimento histórico produzido no Brasil em finais da década de 40.

Na obra de José Honório Rodrigues é citado e, ao mesmo tempo, analisado as principais obras e autores que orientaram, de fato, a historiografia brasileira. Essa influencia deu-se, ademais, na delimitação da periodização da (e para) História do Brasil e, correlativamente, de conceitos próprios da realidade brasileira. O primeiro passo corresponde, resumidamente, "(...) a compreensão da necessidade de um critério e de sua importância surge, no Brasil, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi o principal estipulador dos estudos histórico. (Rodrigues, 1949, p. 152)". Os autores que se destacaram nas abordagens, segundo Rodrigues (1949) foram, de início, *A dissertação acerca do sistema de escrever a histórica antiga e moderna do Brasil* de Cunha Matos que estabeleceu a periodização da História do Brasil em três períodos: a vida do indígena e sua cultura; na segunda fase a era da expansão portuguesa e a administração colonial e, finalmente, o terceiro período que abrangia os acontecimentos nacionais desde a Independência do Brasil em 1822. Outro autor de destaque foi, então, José Inácio de Abreu Lima no *Compêndio da História do Brasil* que, em contraposição a Cunha Matos, assinalava que os principais períodos da História do Brasil fundamentar-se-iam em oito: descobrimento, colonização, transição para o domínio estrangeiro, volta ao domínio pátrio, estado da colônia, estabelecimento da corte no Brasil, Independência e minoridade.

Do mesmo modo, a obra de *Resumo* de Neimeyer Bellegarde contribui para a historiografia brasileira, especialmente, nos fatos concernentes a periodização brasileira e a ênfase no caráter político-administrativo. Além disso, com o concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1840, o alemão Karl Friedrich Phillip Von Martins foi o vencedor com a obra *Como se deve escrever a História do Brasil*, acrescentado, em sua obra, os aspectos políticos, civis, eclesiástico e literários na História do Brasil. Em 1854 foi publicado a *História Geral do Brasil* por Francisco Adolfo Varnhagem que procurou desvencilhar dos fatos eminentemente políticos e a

escrita biográfica como forma de consagrar, no campo histórico, personagens ilustres e líderes exemplares. Trouxe, em sua obra, o delineamento de outros documentos fundamentais para se compreender, coerentemente, a História do Brasil. Por conseguinte, os documentos analisados por Varnhagem foram, então, analisados por ele e tentou buscar a autenticidade de cada um, como também, a partir de novos documentos, compreender os fatos em suas origens e ligações históricas. Nesse ínterim, as obras de Capistrano de Abreu, principalmente *O descobrimento do Brasil*, *Capítulos de História Colonial* e *Ensaio e Estudos*, tratou de buscar, com base em referências sólidas, as raízes da História do Brasil. Coloca, pela primeira vez, em discussão os motivos e razões econômico-sociológicas de cada período da história brasileira. Em outras palavras, estabeleceu como plano de explicação, o estudo detalhado dos componentes socioeconômicos e políticos do Brasil para, finalmente, adentrar os aspectos culturais².

Nesse contexto, a escrita da História do Brasil foi pensada, inicialmente, por brasileiros e estrangeiros preocupados em entender, com seus métodos e conceitos, as especificidades e rumos da história brasileira. No entanto, durante o século XX, percebe-se, como pano de fundo, o desprezo – e, talvez, negligência – da história escrita por estrangeiros. A Semana de Arte Moderna, em meados de 1922, tinha o objetivo de apresentar os aspectos arquitetônicos, musicais, artísticos e literários do (e no) Brasil. A ebulição de novos temas e perspectivas diferenciadas trouxe como princípio fundamental, a consideração/legitimidade de elementos que integrassem, verdadeiramente, a cultura brasileira e o repúdio as influências externas. Desse modo, a nacionalidade e, respectivamente, a busca de uma identidade brasileira constituía, a partir de então, a preocupação dos intelectuais – sobretudo, dos historiados – em estudar os elementos intrínsecos do Brasil e, finalmente, elegê-los como sustentáculo na formação e consolidação do povo brasileiro.

Desse modo, a problemática de maior importância incide, justamente, em: *frente às críticas avassaladoras dos intelectuais brasileiros no século XX, qual o papel era desempenhado pela obra dos brasilianistas e, igualmente, a representação que esses intelectuais levaram para os Estados Unidos? Ou seja, quais as características da História do Brasil na visão norte-americana e o lugar ocupado pelas interpretações destes historiadores nos Estados Unidos e, concomitantemente, o lugar ocupado no Brasil?* Para responder a essa pergunta,

² Além desses autores, Rodrigues (1949), cita, muito brevemente, a contribuição de cinco autores para o campo da História do Brasil: Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e, por último, Sérgio Buarque de Holanda.

num primeiro momento, é necessário analisar, a partir da contribuição de historiadores atuais, as mudanças estabelecidas na escrita da histórica e como elementos considerados sem valor histórico transformar-se-iam (por exemplo, a obra dos próprios brasilianistas), mais atualmente, como matéria-prima para o saber histórico. Nesse sentido, as obras dos brasilianistas emergem, sem dúvida, como fontes históricas e possibilitam entender, ao lado de outros historiadores brasileiros, a participação desses intelectuais na formação da *Teoria da História do Brasil*.

Para tanto, utilizar-se-á, como elemento analítico, o conceito de *representação/representância* proposto por Paul Ricoeur (2007). A utilização desse conceito justificava-se, uma vez que, na escrita da história o objetivo de uma epistemologia da história e a hermenêutica da condição histórica destina-se, fundamentalmente, em representar o passado. Essa representação, por vez, é efetuada quando o historiador, no momento de elaboração e interpretação dos dados históricos, desvencilha, propositalmente, de elementos subjetivos e ideológicos – como também, segundo Ricoeur (2007), da memória – e busca instrumentos conceituais e metodológicos para representar, em um objeto presente (a obra histórica), uma coisa ausente (o passado). Ademais, para chegar à representação do passado, Ricoeur (2007), com base na concepção de operação historiográfica de Michel de Certeau, sublinha que o conhecimento histórico passa, com efeito, por três fases.

A primeira fase é chamada, segundo Ricoeur (2007) *documento* ou, mais exatamente, de *memória arquivada*. Trata-se, em termos gerais, do desligamento da história em relação à memória – conseqüentemente, a memória é despojada de sua função de matriz da história para tornar-se, na operação historiográfica, como uma de suas províncias. Nesse sentido, emerge nesse contexto a noção de inscrição, ou seja, a fixação de expressão oral – considera-se, portanto, que a história não se inicia nos arquivos, mas, antes, com o testemunho – em um suporte material, o arquivo. A segunda fase chamada de *explicação/compreensão* é, ademais, o momento que o historiador escolhe, dependendo do objeto e a problemática, um modelo de explicação e compreensão com o fulcro de dar inteligibilidade ao objeto histórico. Finalmente, a terceira fase chamada de *representação historiadora* sumariza, após a prova documental e os meios de explicação/compreensão, a intencionalidade do historiador de representar o passado, pois,

(...) quando juntas, escrituralidade, explicação e compreensão e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico (...). Pode-se dizer o seguinte: a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência do passado (...). A ausência seria assim desdobrada entre a ausência como visada pela imagem presente e a ausência das coisas passadas enquanto concluídas em relação ao seu ter sido. É nesse sentido que o anteriormente significaria a realidade, mas a realidade no passado. (RICOEUR, 2007, p.291-294).

Assim, a produção historiográfica dos brasilianistas foi, em certa medida, capaz de realizar uma representação do passado brasileiro nos Estados Unidos, enfatizando, quase sempre, a realidade brasileira e os problemas inerentes que, eventualmente, constituíram o centro de atenção dos brasilianistas. Ao escreverem a obra histórica, tentaram compreender tais problemas – seja de ordem econômica e/ou política – e elaborar, no final de tudo, uma análise plausível da História do Brasil. Por isso, a historiografia brasilianista é fundamental para os estudos históricos que atualmente buscam valorizar, além da produção eminentemente nacional, o entrelaçamento de outras obras históricas, especialmente da visão norte-americana concernente à histórica brasileira.

Em certo sentido, é inequívoco o alargamento dos estudos em história nas últimas décadas e, paralelamente, assistimos a incursão do pensamento histórico em outras disciplinas das Ciências Humanas resultando – como notou Jacques Le Goff e Pierre Nora na obra *História: novos problemas*³ - em três processos: primeiramente, novos problemas, em segundo, novas abordagens e, por últimos, novos objetos. A partir da década de 80 e 90 nota-se, de modo visível, como as explicações estruturais e holísticas da História⁴, temporalidades de longe duração – como, por exemplo, no caso francês de Fernando Braudel – se petrificaram e encontraram o armageddon,. Cederam, em concomitância, lugar a consciência que o passado, assim como o presente, é permeado pelo multiculturalismo e de motivações pluriorientadas. Por isso, infere-se que o historiador – como sujeito cognoscente – já não é capaz (ou, talvez, não pode) reconstituir, em suas pesquisas, um único passado. Conseqüentemente, a ciência histórica enfrente suas limitações e problemas, por outro lado, lida com os questionamentos lançados por outras tendências (como a antropologia e lingüística). Ou seja, além de constatar a pouca eficácia de

³ LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1988.

⁴ Em geral, o conceito de história/História é amplo e polissêmico e, por isso, delimitaremos sua utilização com letra maiúscula e evocando sua pluralidade, pois se reconhece que “(...) história poderá ainda aparecer com dois sentidos diferentes: um no singular e outro no plural. Entendemos história no singular quando é narrada para reconstruir o passado. Nesse caso, haveria uma verdade registrada, independentemente esta da perspectiva teórica. A tarefa da história é a de reconstruir a verdade sobre o passado. História no plural quando é narrada para questionar os fatos do passado. (DIEHL, 2002, p.99)”.

seus métodos meramente clássicos, a história, então, enfrenta o desafio lançado pelas às outras disciplinas que colocam, cada vez mais, sua plausibilidade e cientificidade em questão.

O historiador francês Henri-Irénée Marrou na obra clássica *Do conhecimento histórico* – ao conceituar a história como conhecimento do passado humano e defini-la, não pelo objeto escolhido (o homem), mas, sobretudo, pela verdade e o (s) resultado (s) que consegue fornecer a sociedade – já alertava que a verdade histórica e os procedimentos imbricados em sua elaboração, encontravam-se, nos dias atuais, numa contínua renovação. A capacidade das sociedades produzirem um *sentido histórico* ou, mais exatamente, a utilização da história para legitimar atos – por exemplo, a conquista de outros povos – e fomentar a criação de identidades de caráter nacional, durante o século XVIII e XIX, serviu como apanágio; o historiador, segundo Marrou (1975), era tratado neste tipo de sociedade como rei, pois, cabia-lhe o monopólio de como deveria ler Ilíada, às características de uma Nação, como também, os elementos que integrariam (ou não), de forma autêntica, uma cultura.

Todavia, chegou o dia – e a filosofia de Nietzsche é, em todos os sentidos, uma expressão profícua destes questionamentos – que a sociedade pôs-se a duvidar, categoricamente, das verdades e fronteiras estabelecidas pela história. A participação do pensamento histórico na cultura/sociedade era, com rigor, superior a tentativa de fornecer plausibilidade e justificação aos seus métodos. Assim, considerou-se, ademais, que “A diminuição da confiança na História aparece como uma das manifestações da crise da verdade, como um dos sentidos mais graves do nosso mal, mais grave (...) que a decadência da liberdade (...). (MARROU, 1975, p.11)”. Do mesmo modo, Michel de Certeau (2011) aponta que,

Com efeito, é preciso constatar um fenômeno estranho na historiografia contemporânea. O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma em vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses (...) todas elas zonas silenciosas (...). Com efeito, seus métodos não mais consistem em buscar objetos “autênticos” para o conhecimento; seu papel não é mais (exceto na literatura especular, dita de vulgarização) o de prover a sociedade de representações globais de sua gênese. A história não mais ocupa, como no século XIX, esse lugar central, organizado por uma epistemologia que, perdendo a realidade como substância ontológica, buscou reencontrá-la como força histórica e escondendo-se na

interioridade do corpo social. Ela não tem mais a função totalizante que consistia em substituir a filosofia no seu papel de expressar o sentido. (CERTEAU, 2011, p. 87)

Percebe-se, a partir da constatação de Certeau (2011), que a *operação historiográfica* (um movimento entre discurso e prática é, segundo o respectivo autor, constituído de um lugar social, uma prática e, por fim, escrita) adicionou atualmente no texto de história, formalizações científicas e também objetos não-científicos. O conhecimento histórico é analisado tendo em vista a capacidade de estabelecer, sem dúvidas, *desvios* – seja curva de populações, salários, ou aumento de preços ou de ordem qualitativa, como, por exemplo, mudanças abruptas na mentalidade de uma sociedade – pois, de acordo com a tendência atual, o trabalho historiográfico consiste, como nunca antes, em “(...) produzir algo de negativo, e que seja ao mesmo tempo, significativo. (CERTEAU, 2011, p. 90)”.

Segundo esta verificação no trabalho do historiador, Certeau (2011) afirma – de maneira irônica e magistralmente – que a formalização da pesquisa tem, afinal, como objetivo produzir *erros/falhas*, mas que, no final da investigação, é utilizado pelo historiador de maneira benéfica (esses erros são, nas palavras de Certeau, “cientificamente utilizáveis”). Essa prática inverte, por completo, a maneira de escrever a história, pois, durante o século XIX – especialmente o modelo positivista instalado na França por Langlois e Seignobos que Certeau evoca e crítica em toda a sua obra – partia-se, antes, de vestígios do passado e tratava de suprimir, na elaboração do conhecimento histórico, a diversidade e unificá-la em um todo coerente. O valor da obra história validava-se, então, pela capacidade de objetividade do historiador e, enquanto tal, pelo acúmulo de informações⁵. Mais atualmente, para Certeau (2011), a operação historiográfica não parte de restos do passado para chegar, no final, a uma síntese que abrange, portanto, uma compreensão coerente do presente – ou seja, parti-se do mais longe para compreender o mais perto. Na verdade, a pesquisa histórica tem origem numa

⁵ Acrescenta que “Vacilava quando sua base documental era comprometida pelas colheitas relatadas por novas investigações. A pesquisa – e seu protótipo, a tese – tendiam a prolongar indefinidamente o tempo da informação, com o fim de retardar o momento fatal, quando elementos desconhecidos viriam a minar suas bases. Frequentemente monstruoso, o desenvolvimento quantitativo da caça aos documentos terminou por introduzir no próprio trabalho, tornado interminável, a lei que o destinava à caducidade assim que terminado (...). Com efeito, o estudo se estabelece hoje de imediato sobre unidades definidas por ele mesmo, na medida em que se toma e deve tomar-se capaz de fixar a priori objetos, níveis e taxonomias de análise. A coerência é inicial. (CERTEAU, 2011, p.85)”.

formalização do presente e objetiva, assim, abrir espaço para os restos – nesse caso, o ponto de partida é o presente e, eventualmente, o foco de análise o passado.

Ademais, outro aspecto apontado por Certeau (2011) em seu trabalho reside, resumidamente, em entender o passado como meio – integral e/ou parcial – de *representar uma diferença*⁶. Nesse sentido, o texto histórico escolhe um objeto (ou, mais simplesmente, uma época) a partir de formulações e leis do presente e objetiva, primordialmente, instalar uma distancia do Outro (o passado). Em outras palavras, a operação historiográfica tem um efeito duplo que, ao mesmo tempo, presentifica uma ação (permanências do passado) e, por outro lado, coloca uma cisão preemptória entre o lugar que se fala (o presente) e o passado (o Outro).

Para tanto, quando lemos um livro de história – seja de caráter científico ou, talvez, didático – é comum sobressair dois aspectos que traz a necessidade de girar o caleidoscópio da história: primeiramente, uma crítica exarcebada aos fundamentos da história, ou seja, a plausibilidade da história encontra, nesse ponto, um emaranhado de problemas e interrogações que, ao utilizar os velhos métodos e abordagens consagradas, não consegue, por sua vez, elaborar um conhecimento válido; de outro lado, a história enfrenta a multiplicidade de objetos que aparecerem como pertinentes e, do mesmo modo, emergem muitas abordagens para um mesmo objeto. É, portanto, nesse quadro de mudanças e alargamento do campo histórico que a produção dos brasilianista, como nunca antes, é fundamental para entender, coesamente, períodos da história brasileira e como referência para a Teoria da História do Brasil.

Nesse sentido, a pergunta de três historiadores é basilar: primeiramente, Michel Certeau, *o que fabrica o historiador quando faz história?* Em segundo, de Jea Chesneaxu, *devemos fazer tábua rasa do passado?* Por sua vez, Remo Bodei, *a história tem um sentido?* Tratando da História do Brasil constituída pelos brasialinistas pode-se, por conseguinte, inverte a perguntas e dizer: *o que fabricou/fabrica o historiador brasialinista quando fez/faz a história do Brasil?* Ao estudar os fatos ocorridos a partir de 1964 e a ditadura civil-militar, como também, os aspectos que constituíram o Brasil (colonização, escravos, índios, independência do Brasil, proclamação da república, entre outros), deve-se, inevitavelmente, *fazer tábua rasa da Teoria da História do Brasil produzida pelos brasilianistas?*

⁶ Nesse ínterim, Certeau(2011) além de apresentar esses dois elementos que fundamentam a operação historiográfica inclui, para tanto, outro elemento:o particular ou, dito de outra formar, o individual.

Afinal, *a história elaborada pelos brasilianistas tem, na verdade, um sentido?* Sem dúvidas, esses questionamentos, embora sucintos, ajuda-nos a entender o papel do conhecimento histórico no Brasil. Como demonstrou Marrou (1975), no mundo transformado como o nosso é mister, em qualquer tentativa de compreender o passado, problematizar, por sua vez, não somente o saneamento da ciência histórica e os procedimentos de inteligibilidade utilizados na compreensão do passado, mas, sobretudo, o lugar que a história do Brasil produzidas pelos brasilianistas ocupa, atualmente, na sociedade que o historiador – assim como os demais estudiosos das ciências humanas – veem-se indagados da plausibilidade de seu conhecimento. Será, então, que a história elaborada pelos brasilianistas – parafraseando Marrou (1975), mas numa perspectiva totalmente diferente – não passa (e limita-se) a um jogo de máscaras no armazém dos acessórios dos comediantes de uma propaganda?

Assim, levando em consideração os avanços e desdobramentos do conhecimento histórico nas últimas décadas, é necessário, igualmente, identificar quais as influências e redimensionamentos sofreram na (e da) História do Brasil, especialmente, quando os brasilianistas iniciam seus estudos e objetivaram, com seus métodos e abordagens, compreender os fenômenos que marcaram a História do Brasil – especialmente a História Contemporânea e a ditadura civil-militar. De modo geral, considera-se que o saber historiográfico “(...) não se alimenta apenas com a rotina da pesquisa, dos processos de trabalhos racionais (...) mas dos novos questionamentos ao passado, originados das incomodas experiências do presente (...). (DIEHL, 2002, p.41)”.

A PRODUÇÃO NORTE-AMERICANA E O BRASIL DE UMA BRASILIANISTA: THOMAS ELLIOT SKDIMORE

Os brasilianistas⁷ começaram a produzir seus trabalhos sobre o Brasil, basicamente, a partir da década de 50, 60 e 70. Pode-se definir brasilianista como o intelectual que se interessa por assuntos inerentes a realidade brasileira, sendo indivíduos de outros países, como, por exemplo, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, dentre outros. São muitos os temas abordados por esses intelectuais, entre os

⁷ Teoricamente, essa palavra foi criada pelo historiador Francisco de Assis Barbosa no prefácio de *Brasil: De Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore, publicado em 1969

de maior destaque, encontramos temas ligados à democracia, relações étnicas raciais e sobre a economia brasileira. O termo *brasilianista*, assim denominado, surgiu com o objetivo de distinguir os diferentes estudiosos que se interessaram por temas referentes à América Latina. Durante muito tempo, a designação *brasilianista* foi escrita, inicialmente, em inglês (*brazilianists*), para diferenciar e marcar a origem norte-americana, mas com o tempo, o termo foi-se *abrasileirando*, até ser usado, enfim, no idioma brasileiro (*brasilianista*).

Para Almeida (2001), o *brasilianismo* tem como ponto de partida o processo de legitimação as ciências sociais e constitui, epistemologicamente, o desenvolvimento do pensamento social e histórico no Brasil, ou seja,

Parte integrante do processo de emergência e afirmação das ciências sociais no Brasil na segunda metade do século XX. A designação surge em plena era da Guerra Fria e de preocupações imperiais com a possível desestabilização do principal país do continente sul-americano. (...) Mas não se tratava certamente de sua primeira utilização, uma vez que, desde o início dos anos 1960, ao tomar impulso uma nova voga de estudos brasileiros nos Estados Unidos, sob o impacto da Revolução Cubana, o termo já vinha sendo utilizado por um grupo de pesquisadores americanos – Frank McCann, Richard Morse, Robert Levine, entre outros - que passou a beneficiar-se da concessão de bolsas de estudos e de outras medidas de auxílio pelo Governo de Washington. (ALMEIDA, 2001, p.31)

Como se observa, o interesse pelo Brasil e, igualmente, pelos países americanos não foi obra do acaso. Dentre os muitos objetivos propostos por esses intelectuais, destacava-se a importância de conhecer tais países com o intuito de observar, principalmente, a tendência política instalada – essas observações, exclusivamente rigorosas, foram feitas em vários países, tendo em vista detectar se tais países estavam ligados a setores socialistas. Segundo o historiador Carrijo, a grande importância foi dada para o “perigo comunista”, assim,

O comunismo foi um dos principais responsáveis por essa e outras medidas que ocasionaram mudanças significativas nos quadros educacionais norte-americanos, tornava-se cada vez mais urgente o tratamento de questões referentes à proteção continental. Sua sombra fez-se mais forte com a Revolução Cubana de 1959, momento no qual o conhecimento acerca dos vizinhos situados ao sul do hemisfério passou a ser incentivado. Dentre as “regiões estratégicas” estava a América Latina, fazendo com que bolsas de estudos colocassem o Brasil e os *brasilianistas* no rol das pesquisas e dos pesquisadores que recebiam fomento do Estado” (CARRIJO, 2007, p.20).

A Revolução Cubana, neste sentido, foi vista com olhares apurados por parte destes intelectuais, portanto, o estudo metódico dos países latino-americanos, constituía-se, de suma importância,

Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) -que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e, assim, melhor avaliar a política externa dos EUA - grandes levas de sociólogos antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação. (MOREIRA, 1990, p.67).

Em decorrência dos estudos feitos no Brasil, os brasilianistas começaram a publicar suas obras de cunho acadêmico. Contudo, mesmo diante da enorme produção que os brasilianista elaboraram sobre o Brasil, no final de tudo, não eram vistos com bons olhares por aqueles que defendiam uma produção nacionalista – gerando, quase sempre, por parte dos historiadores brasileiros, um repúdio exacerbado a esse tipo de historiografia. Para atenuar ainda mais isso, o processo desencadeado pela Semana de Arte Moderna de 1922, impulsionava os historiadores a reconhecerem como genuíno as produções feitas pelos historiadores do Brasil, tendo, assim, um cunho nacionalista. Em períodos como a ditadura civil-militar, pouco eram os historiadores que se preocuparam em estudar esta fase da história brasileira. Para muitos, a maior dificuldade tratava-se de lidar com a chamada “história do tempo presente” e pela ausência de fontes documentais. Portanto, se de um lado, os historiados concentraram-se seus estudos no período colonial, o brasilianistas, mais do que nunca, estavam engajados em conhecer a história republicana, especialmente, os fatos acontecidos a partir do golpe de 1964. Além disso, deve-se notar a escassa profissionalização da pesquisa histórica brasileira. Mesmo com a reforma universitária de 1960 - e igualmente, a criação dos sistemas de pós-graduação nas universidades federais e estaduais do Brasil - o ensino de história (por parte de professores catedráticos tradicionais) estimulava, majoritariamente, o estudo de temas coloniais. Somente no final dos da década de 70 os historiadores, de fato, iniciaram suas pesquisas na história republicana, assim “(...) no final dos anos de 1970. Bom número de pesquisadores começou a voltar-se para o período republicano, especialmente a fase conhecida como “Primeira República. (FICO, 2004, p.22)”. Ainda segundo Moreira (1990), é importante verificar que, devido à eclosão de obras brasilianistas, trouxeram

(...) à tona uma série de problemas enfrentados pelo pesquisador brasileiro, que o colocavam em situação inferior face ao brasilianista, a começar pela própria deficiência dos cursos de graduação, voltados basicamente para a formação de professores, e pela falta de uma estrutura eficaz que garantisse os recursos financeiros necessários para o bom desempenho profissional. Paralelamente, vale mencionar o próprio expurgo verificado nos quadros universitários após o movimento político-militar de 1964: no caso da Universidade de São Paulo, USP, por exemplo, a demissão do grupo mais significativo de professores acabou

dando origem ao Centro Brasileiro de Pesquisas, CEBRAP, responsável, inclusive, pela grande marginalização sofrida pelas primeiras gerações de mestres em história e ciências sociais. (MOREIRA, 1990, p.67).

Segundo Fico (2004), a rejeição aos brasilianistas era devido, em primeiro lugar, por estes pesquisadores serem oriundos, principalmente, dos Estados Unidos e por conseguirem acesso a documentos, arquivos e controlarem grande quantidade de informações. Em uma frase cômica, Moreira (1990) em seu artigo, cita como diversas revistas especializadas em história tratavam os brasilianistas, como exemplo, a editora Brasiliense "(...) cujo *Cadernos de Pesquisa* (1978) era dedicado à história: "Tudo é história: será que devemos beber história como bebemos coca-cola?(MOREIRA, 1990.p, 68)". Assim, observamos que esta indagação mostra a forma xenofóbica – à vezes com certa negligência- o tratamento à historiografia brasilianista. Diante disso, percebemos que toda a produção dos brasilianistas foi, durante muito tempo, taxada pejorativamente. Em determinados momentos apontavam para equívocos que eles cometiam e, mais frequentemente, assinalavam que, dentro da História do Brasil, somente os historiadores do próprio Brasil poderiam, sem embargo, delinear os acontecimentos com plausibilidade.

Dentre os diversos olhares lançado aos brasilianistas, pode-se, basicamente, delinear-los em dois quadros distintos, segundo Carrijo (2007): os que eram taxados como agentes do imperialismo norte-americano, suas pesquisas no Brasil revelavam, na verdade, uma melhor implantação da política norte-americana; do outro lado, um interesse político tentando aprofundar as especificidades das duas historiografias (tanto brasileira quanto brasilianistas). Exemplos típicos do primeiro quadro é a produção de Paula Beiguelman(1987), criticando os brasilianistas a autora sugere que os respectivos estudiosos queriam tumultuar e criar *effective gossips*(fofocas eficientes) e coletando dados para, de certo modo, facilitarem a dominação norte-americana no Brasil. Outra crítica lançada aos brasilianistas decorre da historiadora Janice Theodoro da Silva (1979) que criticando obras de Thomas Skidmor alertava, por sua vez, para o fato do autor utilizar de uma falsa ciência no estudo do Brasil.

O segundo grupo, segundo Carrijo (2007), enquadram-se pesquisadores como Dulce Ramos (1972). Depois de fazer uma fatigante pesquisa concluiu, no final, a importância dos brasilianistas para a história recente do Brasil. Sua abordagem problematizava que a

produção brasileira era, tão somente, um aprofundamento dos interesses norte-americanos. Em outros trabalhos, José Honório Rodrigues (1976), chama atenção para o abandono das universidades no Brasil devido a ditadura civil-militar e, especialmente, pela desvalorização a profissão do historiador. Em consequência, surge, justamente, uma desnacionalização da cultura brasileira. Para Carrijo (2007) o fato mais agravante era que os brasileiros deveriam saber sua história, porquanto, “(...) O problema se agrava na medida que, além de escrever sobre nossa História, os brasilianistas era convidados para ensinar aos brasileiros os problemas do Brasil (CARRIJO, 2007.p.11)”.

Neste mesmo sentido, Francisco de Assis Barbosa (2000) na apresentação do livro de Thomas Skidmore fez uma avaliação da produção brasileira, afirmando que,

Os arquivos e bibliotecas brasileiros- não só do Rio de Janeiro e São Paulo, como em Porto Alegre, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Belém do Pará- estão repletos de estudantes estrangeiros, americanos e ingleses na maioria, que estudam o Brasil, em proporção bem maior que de brasileiros. Poucos são os estudantes brasileiros dedicados pesquisas, que frequentam os arquivos, por culpa sem dúvida dos professores que não lhe dão assistência. Ao contrário do que acontece entre nós, o estudante americano não é desamparado material e intelectualmente. Desde que demonstre aptidões, recebe logo uma bolsa que lhe garante a manutenção e o pagamento de ensino (Nada se faz de graça nos Estados Unidos). (BARBOSA,2000,p.6).

Nesse íterim de obras brasilianistas destacaram-se, sem dúvida, muitos historiadores norteamericanos, entre os quais, Kenneth Maxwell, Robert Conrad, Alfred Stepan, John Dulles e, finalmente, um dos principais brasilianistas que influenciou, definitivamente, o entendimento e a representação do Brasil nos Estados Unidos: Thomas Elliot Skidmore . Para tanto, temos a figura emblemática do historiador norte-americano Thomas Elliot Skidmore. Numa época em que os cientistas políticos eram os primeiros (e os únicos) a analisarem o golpe de 64 e o regime civil-militar, Thomas foi, portanto, uma exceção. Com efeito, foi considerado o primeiro historiador à analisar os acontecimentos a partir de 1964. Na época, existiram grandes dificuldades de analisar esse período da história brasileira - como já listamos anteriormente - devido a dois fatores: carência de documentação e, principalmente, pela chamada “história do presente”.

Outro fator que corroborou a dificuldade da produção sobre a ditadura civil-militar foi que, naquele contexto, os estudos de história estavam concentrados somente no período colonial. Mesmo diante dessas dificuldades, Thomas conseguiu lograr em seus trabalhos uma sucinta abordagem do Brasil. Os trabalhos produzidos por esse historiador são: *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964* (1975), *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1976), *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985* (1988), *O Brasil visto de Fora* (1994) e, por último, o livro *Uma História do Brasil* (2000). Contudo, a carreira acadêmica de Skidmore é bastante longa e paradoxal. Tendo iniciado seus estudos na “Denison University”, graduou-se em bacharelado em artes, sendo que, em geral, sua formação foi permeada por disciplinas como, por exemplo, filosofia e ciência política. Em decorrência da sua formação em filosofia, decidiu pesquisar temas relacionados à filosofia europeia. Ingressou na Universidade Oxford, recebendo, posteriormente, em meados de 1956 o título de mestre. Terminado seu mestrado, Skidmore, ingressou no programa de pós-graduação em História da Universidade de Harvard. Na oportunidade, seu tema de pesquisa centrou-se em entender a história alemã, especialmente, a política do chanceler Caprivi, sucessor de Bismarck. Nota-se, portanto, que o interesse pela história política influenciará, decisivamente, Skidmore em sua análise sobre o Brasil.

Defendida sua tese em 1960, Skidmore recebeu o convite, da mesma instituição (Harvard) para ser professor titular. Na Universidade de Harvard, pouco se conhecia sobre a América Latina. Consequentemente, a maioria dos pesquisadores começaram a interessar-se pela história dos países latino-americanos, não só do Brasil, mas por todos os países da América Latina. A Universidade Harvard começou, desse modo, a criar um quadro de profissionais para pesquisarem na América Latina. Segundo Carrijo (2007),

Harvard começou uma nova estruturação, optando por não contratar especialistas e sim por formar um novo grupo, propondo ao quadro de instrutores uma alteração nos seus campos de pesquisas e docência. Eram oferecidas bolsas de pós-graduação, em nível de pós-doutoramento, com três anos de duração, para garantir que parte do corpo docente deslocasse sua visão para os vizinhos ao sul do continente, a fim de que fosse formado um novo e eficiente Departamento de Estudos Latino- Americanos. Thomas E. Skidmore foi um dos convidados (CARRIJO, 2007, p.88).

Desse modo, em meados de 1961, Skidmore fez sua primeira visita ao Brasil. Nessa oportunidade, o respectivo historiador procurou investigar as possibilidades de pesquisa e acessibilidade de documentos no Brasil. O método utilizado para localizar

documentos e referências fundamentais foi, ademais, procurar consulados e embaixadas que poderiam - além de dar informações sobre a localização de centros de pesquisa - auxiliar o contato com pesquisadores brasileiros. Depois de ida e vindas, Skidmore conseguiu devido a gama de informações levantada no Brasil, lançar em 1969 seu primeiro livro acerca a história do Brasil: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930- 1964*⁸. Segundo o próprio autor, o livro, por assim dizer, surgiu ocasionalmente. Entre recortes de jornais, revistas e panfletos, Skidmore colecionava informações sobre o Brasil. Para o autor, essa prática de colecionamento era tratado como hobby e não um trabalho científico. (MEIHY, 1990, p.261).

O primeiro livro de Thomas Elliot Skidmore lançado no Brasil foi *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Entre os oito capítulos, Skidmore reservou dois dedicados ao governo de Goulart. Referindo-se ao respectivo livro, Carrijo (2007), comenta, sumariamente, que,

(...) seu primeiro livro nos faz concluir que nas tendências do campo dois grupos de orientações se encontravam em situações diversas: se, por um lado, mantinham-se predominantes, ainda sem sinais de alterações, antigos recortes geográficos/temporais e o enfoque temático dos estudos- nos referimos aqui a ênfase no México(seguido por outros países), no período nacional e nos estudos políticos-; por outro lado algumas mudanças recentes consolidavam-se como dominantes, especialmente as alterações nas abordagens por conta do maior contato dos historiadores com as ciências sociais, e outras apenas davam os primeiros passos, como é o caso das mudanças interpretativas - as revisões ou contestações da teoria da modernização tinham já sinalizados sua existência.(...) sendo englobada pelo discurso modernizador, durante a escrita de “ Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” estava ainda incipiente e podia ser vista como uma linha interpretativa promissora com chances de se tornar dominante(CARRIJO,2007.p.113).

Não obstante, era de se esperar que, no Brasil, o livro de Skidmore recebesse, colericamente, várias críticas alegando que a análise feita continha, entre outros aspectos, erros de interpretação da realidade brasileira. O Segundo livro intitulado *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985* de 1988, foi recebido da mesma forma que o primeiro livro. Segundo os dados apresentados por Fico (2004), as críticas lançadas aos livros de Skidmore explica-se, em resumo, pelo fato de estar preocupado com uma narrativa global da história brasileira desde Getúlio Vargas. No segundo livro, das 608 páginas, somente 26 são dedicadas ao golpe de 1964. Isso demonstra a preocupação de Skidmore em narrar uma história universal do Brasil, e não analisar, com detalhes, fatos relacionadas à ditadura civil-militar (e, não obstante, a própria história brasileira). Outro ponto bastante interessante nas obras de Skidmore trata-se da grande

⁸ O respectivo livro foi lançando, anteriormente, nos Estados Unidos com o nome: *Politics in Brazil,1930-1964. An Experiment in Democracy*.

quantidade de notas de rodapé. Explica-se pelo fato do respectivo historiador procurar elucidar alguns aspectos complexos da história brasileira. Contudo, nota-se que “(...) dificultando a posição do intérprete na percepção dos principais autores realmente trabalhados. Outro complicador para essa tarefa é a rara aparição de citações diretas no texto, praticamente inexistem citações retiradas de outros livros na obra, suas influências de outros autores foram muito diluídas no meio de argumentações e relato de fatos. (CARRIJO, 2007, p.142) “.

As obras de Thomas revelam, sinteticamente, uma ideia-síntese sobre as possíveis razões que teriam culminado na destituição de Goulart e no período ditatorial, a saber: “(...) foi à relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que oficiais de alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil” (SKIDMORE, 2010, p.29). Por conseguinte, assinala que

A questão histórica recorrente que surge de um exame do período de 1945-64 é a seguinte: a solução autoritária seria realmente a única saída para o impasse político? Em que ponto a suspensão do sistema democrático se tornou inevitável? Mesmo se reconhecermos que o Brasil foi extremamente mal servido por seus dois presidentes depois de 1960, permanece o fato de que a necessidade de escolhas impopulares e dolorosas na política econômica impunha graves limites ao potencial de liderança política populista ou carismática. O que todos os líderes descobriram nesse sistema político foi a ineficiência da estrutura de partidos, a incapacidade de controlar a elite no meio de uma crise altamente controvertida de formulações políticas. Em suma, não havia autoridade política moral suficiente para sustentar as lideranças exigidas pela crise do início da década de 60. (SKIDMORE, 2000, p.385).

Hoje, mais do que nunca, a tese defendida por Thomas (chamada de “benfeitores patriarcais”) caiu por terra . Em decorrência dos fatos ocorridos durante todo o período da ditadura, não foi preciso instaurar um regime antidemocrático para chegar, utopicamente, a uma ordem social. A partir da análise de Thomas, podemos entender que o Brasil foi visto, naquele período, de forma diferenciada pelos norte-americanos. Contudo, resta identificar: quais foram às representações que a obra de Thomas trouxe para os norte-americanos? Sem cair em um reducionismo, a obra de Thomas, caminha por diferentes pontos. Ademais, ora o autor aborda sobre os aspectos econômicos do Brasil, em outros momentos, Thomas dá ênfase aos governos, deixando, nesse sentido, uma gama de informações sobre o

Brasil. Devemos, nesse contexto, lembrar que uma das questões mais problematizadas por Thomas foi, sem sombras de dúvidas, os governos brasileiros e, também, os problemas econômicos.

Para Fico “Skidmore, além disso, chama a atenção para os problemas econômicos, embora estivesse longe de fazê-lo sob a ótica marxista. Porém, em seus livros, não são um reducionismo politicista (...), atribuem, de fato, importância demasiada à lógica da sucessão dos governos, espécie de cronologia oficialista (...) (FICO, 2004,p.29)”. Assim, de forma hipotética, podemos considerar que as representações do Brasil nos Estados Unidos, através da produção de Thomas, deram-se principalmente em dois campos: na política e economia. A visão dominante que os norte-americanos tiveram do Brasil no campo econômico foi, contudo, de uma economia precária, que precisou de uma ditadura para resolvê-la ou ,talvez, para estabilizá-la. Outra representação que os norte-americanos tiveram foi, conforme os pressupostos de Thomas, de uma política mal organizada. Isto é, durante a ditadura civil-militar, os governadores precisaram usar sua tirania para resolver os problemas inerentes à realidade brasileira. A concepção que a obra de Thomas levou para os norte-americanos ficou, durante muito tempo, em voga –mas com o passado do tempo foi, paulatinamente, desmistifica com outras produções brasilianistas mais fidedignas à realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, ficamos a refletir na frase célebre de Machado de Assis, “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS,1873,p.10). Não sabemos, de fato, se os brasilianistas cumpriram esse dever, mas não podemos esquecer que a historiografia brasilianista produziu diferentes interpretações sobre o Brasil, deixando assim, uma acúmulo riquíssimo de informações para os historiadores da posteridade. Portanto, é de considerar a historiografia brasilianista - e, especialmente, a obra de Thomas Elliot Skidmore - como um marco importantíssimo para a análise conjuntural do Brasil no século XX. Sendo assim, não podemos enclausurar as

obras emergidas dessa corrente historiográfica. É necessário, portanto, aglutinar essas produções brasilianistas com as interpretações de historiadores e cientistas sociais do próprio Brasil conseguiram dar à sociedade .

O historiador alemão Koselleck (2006) já assinalou a partir das categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, que cada Presente tem a finalidade, de não apenas reconstruir o passado a partir dos questionamentos do hoje, mas, do mesmo modo, que cada Presente ressignifica o seu passado e, respectivamente, o futuro. Portanto, se o Presente tem a capacidade de ressignificar, em cada período (hoje ou amanhã) a relação entre as temporalidades, compreende-se, por isso, que cada Presente formulará, sob condições diferentes, um outro passado (ou, talvez, outro futuro) diferente. A verdade histórica, então, do Passado não é, em rigor, superior à de outro Passado. No entanto, o Presente que consegue, sem embargo, um maior diálogo com a contribuição/legado do Passado, por conseguinte, terá uma maior potência de compreensão. Assim, a produção brasilianista longe de ser considerada inferior e/ou superior às outras produções historiográficas –brasileira ou não – constitui, indubitavelmente, um acervo de informações e concepções teórico-metodológicas sobre o Brasil. Por isso, os brasilianistas adicionados ao rol de historiadores de brasileiros conseguiram, não obstante, formular uma *Teoria da História do Brasil*. Por fim, deve-se assinalar, em relação formular à produção historiográfica e as carências de orientação que “O essencial, porém, não é sonharmos agora com um prestígio passado ou futuro, mas sabermos fazer a histórica de o que presente tem necessidade . (LE GOFF & NORA, 1988, p.15)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: *Papéis Avulsos*. São Paulo: Penguin Clássicos Companhia das Letras, 2011, p. 7-34, cf. p. 10.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro n: 27, 2001, p. 31- 61.

BEIGUELMAN, Paula. Cultura acadêmica nacional e brasilianismo. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira, temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.199-207.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CARRIJO, M.V.S.O *Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDEUSC, 2002.

FICO Carlos. O Estado da Arte e O Golpe. In: ____ *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2004.

_____. POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1988.

MEIHY, José Carlos. S.B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MOREIRA, Regina da Luz. *Brasilianistas, historiografia e centros de documentação*. Revista Estudos Históricos, Vol.3, No 5 (1990)Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2294> . Vol. 3, No 5 (1990). Acessado em 07/09/2013.

MARROU, H.I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editoria Aster, 1975.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Os estudos brasileiros e os brasilianistas*. Revista de História, São Paulo, Usp, v.54. n.107,p.1889-219,1976.

_____. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro,1949.

_____. *As fontes do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

_____. *Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.

_____. *Historiografia del Brasil*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1957.

_____. *Teoria da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1949.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Preto no Branco: raça e nacionalidade do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo Neves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Studying the history of latin America: a case of Hemispheric Convergence*. In: *Latim American Research Review*. v.33, n.01, p. 105-127, 1998.

_____. *Thomas Elliot Skidmore: Memória.* Programa Roda Vida, 1997. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/64/entrevistados/thomas_skidmore_1997.htm. Acessado em 07/09/2013

SILVA, Janice Theodoro. *Contra Thomas Skidmore: silêncio no Uriracoera.* Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, n.8p.209-222,1979.